

**O “PROCESSO IMBECILIZADOR”:
PROLETARIZAÇÃO E HUMILHAÇÃO DOCENTE COMO
INSTRUMENTO DE POLÍTICA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO
BÁSICA EM SÃO PAULO**

Wellington Fontes Menezes¹

Resumo

A condição de trabalho do professor da escola pública no Estado de São Paulo se encontra entre o desprezo do Poder Público e as condições insalubres e violentas no interior do seu ambiente de trabalho aliada à baixíssima remuneração. Para justificar o forte arrocho salarial que vem sofrendo a categoria docente nos últimos anos, são exemplos de políticas “meritocráticas” implantada pela Secretaria de Educação (SEE-SP): a implantação de bônus por desempenho e a quebra a isonomia salarial com a aplicação de provas de caráter questionáveis vinculadas a algum percentual no aumento na renda do professor. O presente trabalho procura qualificar o que o autor designa de “Processo Imbecilizador” um conjunto de políticas de açoite e opressão contra os profissionais da educação a partir de doutrinas neoliberais que vêm se orquestrando nos últimos anos na rede de educação pública do Estado de São Paulo.

1. Políticas neoliberais de punição e humilhação

"Humilhar é mais que odiar.

A humilhação consiste em expor ao ridículo tanto quanto possível."

(Herbert Nier Koughron)

Se não bastasse a hecatombe educacional promovido pelas seguidas gestões tucanas à frente da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), o que mais poderia vir das cabeças neoliberais dos administradores? O primeiro passo foi empurrar a culpa

¹ Bacharel e Licenciado em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Efetivo da Rede Pública de Ensino Oficial do Estado de São Paulo. End. Residencial: Av. Jardim Tamoio, 96 apto. 52-B, Itaquera, São Paulo/SP. Endereço Eletrônico: wfmenezes@uol.com.br

no passado (responsabilizar outras gestões administrativas), depois é responsabilizar escancaradamente o professor pelo estágio de metástase que encontra o fosso educacional do ensino público. Agora, a próxima etapa é unir a pirotécnica marqueteira, o discurso meritocrático e a humilhação do profissional da Educação Básica.

A política Tucana de humilhação do funcionalismo público não é gratuita. No seu cerne busca sustentar uma ideologia de desmonte do Estado e encontra grande suporte de apoio da mídia neoliberal. Logo, o governo de José Serra (2006-2010), eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por via do seu amigo e Secretário de Educação do Estado, Paulo Renato de Souza, confeccionou um midiático “Plano de Carreira do Magistério”. Possivelmente é o projeto mais cruel dos últimos tempos feito pelo Poder Público para desmobilizar, estrangular e, por fim, destruir uma categoria de trabalhadores. E não se trata de apenas eclodir meros jargões políticos. Este processo merece muita atenção diante da condição de “assédio moral” que exponencialmente vem sofrendo a categoria docente do ensino público paulista.

O que consiste mais esta nova investida contra o funcionalismo público imposta pelo governo de José Serra? Há uma estratégia bem definida e razoavelmente amarrada que consiste na falácia do discurso da meritocracia impregnado de políticas neoliberais. Para seus defensores, a meritocracia separa de forma bem simplificada o “joio” do “trigo”, logo os “bons” seriam premiados e as “maçãs podres” seriam punidas. A meritocracia é o elogio ao “status” e as pessoas outorgadas pela “condição superior” que exclusivamente serão dignas dos louros e holofotes. Como assinala um aforismo de Allain de Botton sobre o caráter idealizado da estratificação na sociedade meritocrática: “os ricos é que são úteis e não os pobres”. Assim destaca a cruel essência do sistema meritocrático:

Se o bem-sucedido merecia seu sucesso, seguia-se necessariamente que os fracassados tinham de merecer seu fracasso. Em uma era meritocrática, a justiça parecia entrar tanto na distribuição da pobreza quanto da riqueza. O status pouco elevado passou a parecer não lamentável, mas também merecido (BOTTON, 2005, p. 88).

A meritocracia dentro de uma categoria profissional além de fazer uma clivagem corrosiva dentro dos seus quadros, alicerça uma condição avassaladora de hostil

competição entre seus membros. Inevitavelmente, os resultados são desastrosos para quem emprega a política do código babilônico de Hamurabi sinalizado pelo clássico aforismo, “olho por olho, dente por dente”. Aos “fracassados” mediante a passagem pela trituração pública do processo meritório, resta então se contentarem com o ostracismo impregnado de silêncio e vergonha.

Pelo Projeto de Lei Complementar nº 29/2009 (PLC 29/09) lançado pelo governo Serra e aprovado pela Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP) no final de outubro passado, os professores efetivos e estáveis serão submetidos a diversas provinhas mediante uma rocambolesca quinquilharia de regras e pré-condições básicas intercaladas por “faixas de promoção”. Para fazer propaganda em épocas pré-eleitorais, o governo Serra em conjunto com a grande mídia estampou nos quatro ventos que “um professor com curso superior poderá chegar a um salário final de R\$ 6.270 (242% acima do piso), se conseguir atingir a quinta faixa. Se não conseguir as boas colocações nos exames, chegará a R\$ 3.181 (73% acima do valor inicial)” (FOLHA DE S. PAULO, 21/10/2009). Logo, não seria difícil para a população concluir de forma abrupta que a classe dos professores dos seus filhos é bem afortunada e ao mesmo tempo “vagabunda” e responsável pela péssima qualidade de educação. Iludidos pela campanha midiática do governo Serra, não é estranho que alguns grupos de pais que se dizem “preocupados com educação dos filhos” se manifestem de forma agressiva e alienada contra os professores. Não é raro de encontrar casos de violência explícita de pais de alunos contra professores!

O piso nacional dos professores é menos de dois salários mínimos mensais para uma jornada de quarenta horas semanais. No caso dos professores da rede pública administrada pela SEE-SP, o valor do salário-base (que incide cálculos previdenciários) é aproximadamente o mesmo para uma jornada básica ao redor de trinta horas semanais. Na ocasião, a “fábula” salarial prometido pelo governo foi estampada e anunciada em primeira página em todos os jornais de grande circulação de São Paulo. Tais jornais publicaram matérias a respeito do novo plano de carreira sem o menor questionamento das “regrinhas” no mágico plano do governo Serra. Infelizmente, o senso crítico nem sempre é regra da prática docente, mas o prevalecimento do estéril mimetismo do “dador de aulas” resultado de anos de massivo sucateamento da Educação Básica derivado das políticas neoliberais do PSDB no governo do Estado

paulista (desde 1994 até o presente momento). Muitos professores aplaudiram entusiasticamente o plano, como a sendo a mítica “pedra da roseta” de sua convallescida profissão. Todavia, com a timidez e indiferença omissa dos sindicatos da categoria² que não se mobilizaram ferrenhamente contra o projeto, grande parte dos professores não assimilou que para ganhar os supostos salários deverá estar dentro de um rol de 20% dos supostos “bem avaliados da rede estadual” dentre os professores que se sujeitarem servilmente a fazerem a tal provinha. Já o governo se defende dizendo que tal percentual é necessário para o programa se tornar sustentável do “ponto de vista orçamentário”. Tal procedimento fere a isonomia salarial da categoria que terão uma serie de “clivagens salariais” dentro de um mesmo quadro do funcionalismo para uma mesma carreira e fazendo a mesma função.

2. O “Processo Imbecilizador”

Não há outro inferno para o homem além da estupidez
ou da maldade dos seus semelhantes.
(Marquês de Sade)

O “Processo Imbecilizador”³ que se esvai na rede pública de Educação de São Paulo constitui numa das políticas mais deletéria e bem eficiente por parte de um Poder Público que prega a humilhação, precarização e a terceirização de sua mão-de-obra especializada, a classe docente.

² Notadamente, não causa estranheza as titubeantes posições do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Ora a APEOESP critica timidamente a PLC 29/09, ora a APEOESP vincula uma maré de “cursinhos” para seus filiados se “prepararem para as provinhas”! Na maré avassaladora neoliberal de desarticulação sindical, é risível a posição do outro sindicato da categoria dos docentes da educação básica em São Paulo, o Centro do Professorado Paulista (CPP) que se limita apenas a ser um sindicato administrador de “colônias de férias”.

³ Aqui se trata de uma irônica analogia com o termo empregado no título da obra clássica de Norbert Elias, “O Processo Civilizador”. Como o “processo” ou “evolução” para Elias (1994) se trata de uma mudança estrutural na sociedade de forma tensa entre o frágil entre as partes. Portanto, é por um caminho para a “imbecilização” percorrido pelas seguidas políticas públicas de total desconexão e senso de realidade no âmbito da educação básica pública, em particular, no âmbito da SEE-SP. Logo, ao contrário que se vê na exaustiva e perdulária publicidade estatal vinculada nos meios de comunicação, existe um falso processo “evolutivo” na estrutura educacional, levando sistematicamente ao desmonte caótico de todo o aparelho orgânico que poderia se sustentar efetivamente um sistema público de Educação Básica.

Num primeiro momento, o objetivo é fragmentar e pulverizar a categoria docente atribuindo-lhe uma política salarial de “bônus” individuais (até hoje não existe sequer um regra minimamente racional para se entender o misterioso processo de sua concessão!). A política de bônus serve apenas como um “cala boca” e fragmentador da mobilização dos docentes. Como sua concessão é aleatória, quem “ganha” o bônus acaba, por sua vez, sendo cooptado na ilusão de ampliação financeira em seus proventos. Mais uma vez, a SEE-SP se aproveita do narcisismo primário dos professores e consolida sua política de desestabilização do funcionalismo público.

No segundo momento é responsabilizar os professores pelo caos na rede pública e deixar cada vez mais difíceis as condições de trabalho e sobrevivência dos docentes. É importante frisar sobre os sistemáticos processos de humilhação dos professores contratados (os chamados OFAs/ACTs) que a cada ano convivem com a insegurança de sua vida funcional. Para piorar, agora precisam passar por “provinhas” anuais estapafúrdias para conseguirem algumas aulas (outra humilhação de início de cada ano letivo é o processo de distribuição/atribuição de aulas para estes professores). Além de conviverem com o permanente fantasma do desemprego sob a ameaça de não poderem obter aulas se não “passarem” nas provinhas de “admissão temporária”.

O terceiro momento é terceirizar ou diluir as atribuições dos professores dentro de uma unidade escolar com projetos completamente alienados no interior escolar. Um exemplo é o midiático e perdulário projeto “Escola da Família”, onde a SEE-SP assume burocraticamente um papel de recrutador de jovens universitários (geralmente ingressantes em seus cursos) oriundos de faculdades privadas sem o menor preparo, motivação ou compromisso com a Educação para “atuarem na escola pública”. Naturalmente, o resultado é o mais alienado e inútil processo de ilusão educacional à custa do dinheiro público, além contribuir para ampliar a desvalorização do quadro docente.

A humilhação continua no quarto momento, que consiste na oficialização do arrocho salarial da categoria docente e imposição sistemática de provinhas para conquistar um ilusório aumento salário. Destaca-se que nenhuma categoria de servidores públicos do Estado brasileiro passa por vexame humilhante. O governo se aproveita do estágio de letargia de mobilização do quadro docente que voluntariamente assume uma serviçal

postura de conceder aval as práticas neoliberais dos gestores tucanos da SEE-SP. Com o sucesso ideológico-midiático das campanhas neoliberais na Educação Básica em São Paulo, a humilhação e a alienação por parte dos docentes é tamanha que se tornou usual até mesmo entre os professores que são constrangidos pelas provas meritocráticas passarem a achar que é importante a auto-submissão a este tipo de avaliação! Conforme salienta Leandro Konder, a alienação dos trabalhadores é um ponto essencial para a classe dominante transitar com seus projetos de controle sem ser incomodada por uma possível reação da classe subalterna:

Reduzindo as classes trabalhadoras a condições de vida e de trabalho que lhes cerceiam a elevação do nível cultural, as classes dominantes invocam, depois, este mesmo baixo nível cultural para justificar a exclusão de trabalhadores da direção da coisa pública (KONDER, 2009, p. 185).

Merece breve menção outra força alienante que impregna o inconsciente da classe docente: a tarefa sacerdotal da profissão ser vista como uma dádiva divina. Tal como o processo de construção do heroísmo messiânico descrito na Bíblia sobre o martírio de Jesus Cristo, que percorreu a ferro, escárnio e seguidas humilhações a *via crucis* (perfazendo as catorze estações) desde o Pretório de Pilatos até ser crucificado no Monte Calvário. Dentro dos limites do imaginário docente, cada professor carrega consigo a ambivalência do narcisismo docente e o sacerdócio divino. Nesta brevíssima “psicanálise metafísica” do ofício docente, o professor se sente incapaz de sublevar com maior tenacidade as agruras que sobrecarregam suas costas no inimaginável submundo de seu pequeno campo de concentração educacional. Escolas públicas depauperadas, arquitetura carcerária, política do silêncio, desqualificação docente, administração primitiva (salvo algumas raras exceções, a grande maioria das escolas são operadas por direções incompetentes, omissas e – não raro - corruptas) e aliando-se as condições subumanas de trabalho. Devido a uma variabilidade assimétrica originada pelo caos que é a rede pública estadual, cada unidade escolar poderá ter suas especificidades, porém as condições de precariedade é um fator comum a praticamente todas as escolas. Com uma política da “promoção automática”⁴ dos alunos imposta nos anos iniciais ainda na

⁴ Política esta que consiste na não reprovação dos alunos, exceto no ano final de cada ciclo (Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio). Desta maneira, os alunos que tinha um aproveitamento insuficiente migrariam de ano a ano sem serem avaliados e o que acarreta em longo prazo uma enorme defasagem de aprendizagem cumulativa. Ao passo que no término do Ensino Básico, anacronicamente é possível ter alunos diplomados que mal sabem escrever e ler (consistindo ao que se passou a denominar

gestão do PSDB de Mario Covas (1994-2001), a “ridicularização” do trabalho docente ganhou maior desenvoltura ao ponto surreal de um aluno do final da Educação Básica, ou seja, o terceiro ano do Ensino Médio, sair com um diploma debaixo do braço e continuar a ser apenas um analfabeto funcional!

3. O chamado para a “jihad educacional”

Quando uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a força de sua alma, todo o universo conspira a seu favor.

(Johann Goethe)

A situação da rede pública estadual de ensino só não é pior porque já se tornou impossível piorá-la! O fundo do interminável fosso de Educação Básica em São Paulo foi atingindo com méritos do neoliberalismo imposto pelas gestões do PSDB. O resta ao docente dois caminhos antagônicos que ele deverá optar: continuar na servidão da via crucis ou ser mais um “mujahid” para a “jihad educacional”. Ainda resta uma terceira possibilidade: simplesmente, mudar de profissão (e certamente vem atraindo cada vez mais os descontentes com o sistema educacional público).

Uma analogia com o Islão é pertinente dentro do atual quadro de desespero que se encontra a Educação Básica e, aqui, se fará um exercício de reflexão. A palavra árabe jihad (literalmente se traduz por “luta”) significa linguisticamente “esforço” ou “empenho” (tal termo pode ser usado por muçulmanos ou não-muçulmanos) e não se trata de uma insana “guerra santa” (como preconceituosamente foi taxada pelos colonizadores europeus durante a Idade Média em batalhas religiosas contra os seguidores do Corão e do Profeta Maomé)⁵. Desta maneira, a Jihad seria uma luta por vontade pessoal da busca e conquista da fé. Logo, o mujahid é o seguidor da Jihad. De forma análoga, cada professor consciente de seu papel social será um mujahid neste processo de luta contra a terra arrasada imposta pelas seguidas políticas tucanas de destruição da educação pública.

“analfabetismo funcional”).

⁵ No árabe o termo "guerra santa" pode ser encontrado para a expressão "harbun muqaddasatu" ou "al-harbu al-muqaddasatu".

Agora, início de 2010, no mês de janeiro, em plenas férias do quadro docente, o governo implanta seu processo seletivo onde apenas 20% dos melhores colocados adicionarão alguns trocados ao seu provento mensal (isto é, para quem eventualmente conseguir atingir as surreais metas impostas no projeto). Para o professor, é pura ilusão acreditar que irão conseguir superar os mirabolantes condicionantes exigidos pela PLC 29/09 para conquistar algum tostão de acréscimo em seu salário pela via “meritória” de provinhas. Ressaltando, aqui se trata que a primeira aplicação do processo no novo processo de “provas do mérito” para a classe docente foi feito em pleno período de férias da categoria (em janeiro de 2010). Isto não significa que os professores não são capazes de fazerem provas ou testes similares, mas sim que o projeto foi elaborado propositadamente para que os docentes de fato não consigam passar pelo processo seletivo (tal é o grau de dificuldade numa categoria que devido às jornadas exaustivas de trabalho dificilmente encontram tempo mínimo suficiente para atualizarem seus conhecimentos). Ressaltam-se as palavras de Gilberto Dupas ao caráter da ideologia meritocrática na pós-modernidade:

A *performance* define o lugar social de cada um. O sujeito da pós-modernidade é ‘performático’, está voltado para a cultura do espetáculo e para o gozo em curto prazo e a qualquer preço, reduzindo a importância dada àquilo que toma tempo e à aceitação dos sacrifícios que isso impõe. O desempenho individual passa ser o supremo critério de sucesso, num contexto em que a sociedade oferece aos cidadãos cada vez menos oportunidades (DUPAS, 2003, p. 45-46, grifo do autor).

Seria o projeto da PLC 29/09 um emaranhado de imposições nefastas cujo objetivo é apenas humilhar os professores? A resposta é um inequívoco “sim”! Bastaria uma simples leitura do projeto para entender seu caráter inverossímil⁶! Ademais, não se pode imputar aos docentes uma prova para auferir mínimos reajustes salariais uma vez que fere de antemão a isonomia salarial da categoria. Caberia aos sindicatos, em particular a APEOESP, boicotar jurídica e política e fisicamente este tal processo de provinhas e buscar criar condições mínimas para o docente observar reflexivamente ao espelho suas condições de trabalho e sobrevivência. A simples acomodação a este processo será a lápide

⁶ O texto completo da PLC 29/09 poderá ser visto no portal oficial do Governo de São Paulo: <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/ListaProjetos?vgnextoid=b45fa965ad37d110VgnVCM10000600014acRCRD&tipo=2>

que ornará o fim da categoria docente como norteadores e propulsores de lampejos de esperança social. Notadamente, o mero apelo ao desconhecimento dos fatos por parte da própria classe docente não servirá como alívio para a prostrada acomodação, como observa Plekhanov (2006, p. 87): “[...] os homens adquirem consciência de sua situação com um atraso maior ou menor em relação ao desenvolvimento das novas relações que modificam essa situação. A consciência, todavia, marcha sempre atrás dessas condições reais”.

Contra a opressão é necessário a sublevação. Destaca-se pertinentemente que para transformar a condição humana de sua passividade sistêmica é necessário fazer uma revolução. As palavras de Marx e Engels (2004) endossam a argumentação: “a coincidência da mudança das circunstâncias com a atividade humana, ou mudança dos próprios homens, pode ser concebida e entendida racionalmente como prática revolucionária”. Portanto, a **jihad educacional** proposta é o único caminho para buscar a dignidade usurpada por anos de destruição do sistema educacional pela ordinária política tucana.

4. Emancipação humana contra a barbárie

“A liberdade não é mais que a afirmação de si mesmo”.

(George W. Friedrich Hegel)

A lógica do capital é a sistemática usurpação da condição humana. Na amálgama do capitalismo, a vida nada mais é do que um usufruto da exploração do trabalho alheio por parte das imperativas forças de produção. A educação pública inserida na lógica do mercado condiciona no aparelhamento da escola no patético papel de campos de concentração educacional, onde professores e demais funcionários desenvolvem papéis de fatores desta engrenagem de moer indivíduos.

A premissa da estética liberal é simples: rico paga, pobre pasta. Traduzindo a sintética construção do capitalismo à brasileira no âmbito educacional: quem tem melhor recurso econômico, paga escola privada para seus filhos (fixado no inconsciente social onde as

“privadas” gozarem de melhor qualidade – e necessariamente não se trata de um fato realístico), que não tem recurso, aventura seu filho na escola pública! A lógica liberal trata a educação pública como um entulho social perdulário, servindo apenas para adestrar alguns trabalhadores “mais capacitados” e descartando o refúgio humano desnecessário para as esteiras de produção. Todavia, nenhuma sociedade que aufere para si o rótulo de “humanidade” deve aprisionar seus filhos em cubículos de concreto e espaços estéreis de desenvolvimento numa inútil jornada de tempo. Nesta orquestração do “processo imbecilizador”, resta aos professores à tarefa de manterem minimamente a ordem e servirem como sentinelas para guardar o burocrático transcorrer do “calendário escolar”.

É possível fazer uma pertinente analogia. A diferença entre professores da escola pública e agentes carcerários do sistema penal é que os primeiros ainda procuram se sustentar na ilusão da “quintessência docente” e como messias pedagógicos, alheio à devastação à sua volta, buscará salvar algumas “almas” mediante seu toque de Midas. Já o segundo, suas supostas ilusões cessariam desde os primeiros momentos que adentram nas agruras no recinto do sistema penitenciário.

Sendo repetitivo ao ponto de não temer cansar o leitor: a educação pública e de qualidade não é e nunca foi uma prioridade de governo no Brasil. O resultado é anos de inchaço e condições precárias nas escolas. O caso de São Paulo é exemplar uma vez que se trata do principal pólo econômico do Brasil e América Latina. Apenas como exemplo, ao passo que no limiar do ano de 2010, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva destinou apenas para a uma única empresa de capital majoritariamente estrangeiro, a Mercedes-Benz do Brasil um aporte de recursos de R\$ 1,2 bilhão para investimento na fábrica situada na cidade paulista de São Bernardo do Campo cuja projeção será de gerar menos de dois mil empregos diretos (UOL ECONOMIA, 05/01/2005). Mais uma vez, a Educação Básica não se forjou como uma prioridade de investimento e tampouco uma preocupação essencial dos projetos de governo. Exceto por algumas as linhas de crédito para empresários do setor do Ensino Superior, não há uma linha de crédito contínua para a promoção da Educação Básica. O “S” do BNDES é descrito como sendo o “social” e apenas sobrevive na retórica de seus gestores. O funcionário burocrata que passa a trabalhar dentro da

administração pública é geralmente formado em faculdades moldadas com currículos mimetizados das universidades estadunidenses que ao se preocupar essencialmente com a esfera do “business”, não entendem (ou não querem priorizar) o desenvolvimento econômico como um processo intrinsecamente social. Já a classe política é um emaranhado de interesses corporativistas cuja corrupção e as mazelas contra o patrimônio público é prioridade. Infelizmente, grande parte do que restou da chamada “esquerda” também sofre de uma amnésia sistêmica no que tange as propostas para Educação. Diante do deserto fratricida e sem vigor ao combate da sanha neoliberal, a Educação Básica vem sendo paulatinamente corroída por políticas cujo objetivo é o refugo do processo social formando gerações de seres humanos desvalidos, desesperançados e fadados ao se aprisionarem no acúmulo do fardo humano em guetos, favelas e palafitas.

Refletindo e fazendo uma leitura livre de Jürgens Habermas, até mesmo dentro de uma democracia estabilizada, são necessários fortes debates e até mesmo uso da força a fim de garantir direitos básicos aos cidadãos para continuar pulsando o ideal de cidadania dentro do modelo capitalista (ou seja, uma “caricatura de cidadania”). No caso da semidemocracia brasileira⁷, a situação é de extrema preocupação. Nesta esteira, é fundamental a ruptura do processo de endogeneização da benevolência messiânica da tarefa docente para reconstruir um caminho de restauração da dignidade da profissão. Culpar as mazelas do Poder Público é uma tarefa razoavelmente fácil, porém sob o ponto de vista da ética, não é possível servir como instrumento do processo de articulação da barbárie por parte de irresponsáveis políticas neoliberais. O que dignifica o ser humano não é o acúmulo narcíseo de bens materiais, mas a capacidade suplantar obstáculos e melhorar a sua condição de mundo. Como assinala István Mészáros (2005): “[...] é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. Uma escola que não tem como proposta edificante a emancipação humana estará inevitavelmente a ser apenas mais um esboço de um tétrico campo de concentração.

⁷ Em referência ao atual estágio de fragilidade e não-consolidação de um padrão democrático brasileiro e como bem observa Jorge Zaverucha (2009, p. 45): “Convém lembrar que a literatura definia a democracia chilena, as vésperas do golpe pinochetista, como consolidada. Idem para o Uruguai até antes do golpe de Bordaberry. A Venezuela pré-1992, data da primeira tentativa de golpe de Estado liderada por Hugo Chávez, era tida como a Suíça da América do Sul”. E assim descreve: “A democracia nos países subdesenvolvidos, via de regra, funciona para uma minoria.” (ZAVERUCHA, 2009, p. 45).

O “processo imbecilizador” infestado na Educação Básica é a desertificação do próprio significado do ato de educar. Neste ínterim, o resgate da profissão docente vai muito além da mera luta por míudos centavos no holerite. O processo de construção do sujeito histórico esta na raiz da intervenção que o homem é faz dentro de sua arquitetura de mundo. Aproxima-se o dia que o acúmulo de derrotas cria estafa e somente uma vitória valorosa poderá saciar a vontade de continuar vivo dentro do processo. O chamado para a batalha é o clamor para a própria sobrevivência.

Referências bibliográficas:

BOTTON, Allain de. *Desejo de status*. São Paulo: Rocco, 2005.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOLHA DE S. PAULO. Várias edições.

KONDER, Leandro. *Marxismo e Alienação: contribuição para o estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª. Ed, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Centauro, 2004.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PLC 29/09. *Projeto de Lei Complementar nº 29/2009*. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/ListaProjetos?vnextoid=b45fa965ad37d110VgnVCM100000600014acRCRD&tipo=2> Acesso em: 07 jan 2010.

PLEKHANOV, Giorgui V. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ZAVERUCHA, Jorge. O Brasil é uma semidemocracia? *Revista Cult*, n. 137. São Paulo: Editora Bregantini, 2009.